

## **Pela prerrogativa de o Ministério Público brasileiro conduzir investigações**

A **Transparência Brasil e a Transparência Internacional** instam o Supremo Tribunal Federal a não retirar do Ministério Público seus poderes de investigação, chave para o esforço anticorrupção no Brasil.

SÃO PAULO/BERLIM/LIMA, 2 de agosto 2004 - A Transparência Internacional (TI), a Transparência Brasil e o ex-procurador peruano José Ugaz divulgaram hoje alerta sobre decisão iminente do Supremo Tribunal Federal (STF) que poderá retirar dos membros do Ministério Público o direito de conduzir investigações. A TI é a principal organização não-governamental de combate à corrupção em todo o mundo e a Transparência Brasil, seu capítulo nacional no país.

O julgamento, previsto para agosto, decidirá se o Ministério Público pode conduzir investigações por conta própria. Se a decisão do Supremo for no sentido de retirar os poderes de investigação do Ministério Público, é menos provável que casos futuros sejam apropriadamente investigados, e que casos em andamento sejam irremediavelmente prejudicados. Muitos dos casos de corrupção atualmente em julgamento, incluindo os de maior repercussão, têm como base, em parte, e em alguns casos principalmente, provas coletadas por membros do Ministério Público.

"Os membros do Ministério Público brasileiro estão entre os principais impulsionadores da luta contra a corrupção no país", disse hoje Silke Pfeiffer, Diretora Regional para as Américas do Secretariado da TI. Ela acrescentou: "Em 2001, um grupo de promotores brasileiros recebeu o Prêmio de Integridade da TI por seu extraordinário trabalho de investigação sobre corrupção em Londrina (estado do Paraná), que resultou na cassação do prefeito daquela cidade. O trabalho de investigação dos promotores foi decisivo para a elucidação do caso".

A TI considera a decisão como um teste da disposição do Supremo Tribunal Federal de fortalecer a ação punitiva do Estado e reforçar o império da lei.

"Em nossos países, os procuradores freqüentemente trabalham sozinhos, sem muito auxílio por parte da polícia", disse José Ugaz, Presidente da Proética, o Capítulo Nacional da TI no Peru, e ex-procurador especial nos casos contra Alberto Fujimori e Vladimiro Montesinos. Ele acrescentou: "Os membros do Ministério Público brasileiro são conhecidos internacionalmente por estarem na linha de frente da luta pelo fortalecimento da justiça no Brasil. As investigações conduzidas por eles têm sido essenciais para elucidar casos que, de outra maneira, permaneceriam desconhecidos. Se os membros do Ministério Público não puderem mais colher provas, seu trabalho poderá ser seriamente afetado. Amarrar as mãos dos promotores públicos em nada ajudará na luta contra o crime organizado no Brasil".

De acordo com Rubens Naves, membro do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil, "se não fosse pelo trabalho dos membros do Ministério Público brasileiro muitos casos importantes não teriam sido investigados, e nem ao menos chegado aos tribunais. Os esforços de promotores públicos dedicados, geralmente trabalhando em condições desfavoráveis, tem feito toda a diferença na luta contra a corrupção no Brasil". Ele acrescentou: "Se o Ministério Público tem a prerrogativa de indiciar e incriminar suspeitos de corrupção, implicitamente tem também a prerrogativa de investigar. Se o Supremo Tribunal Federal decidir contra os membros do Ministério Público, beneficiará a impunidade".

**Fonte: [www.transparencia.org.br](http://www.transparencia.org.br), em 02.08.2004.**